DEMADES MARIO CASTRO

Responsabilidade civil na atividade notarial e registral

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. José Luiz Gavião de Almeida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2014

DEMADES MARIO CASTRO

Responsabilidade civil na atividade notarial e registral

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular Dr. José Luiz Gavião de Almeida.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2014

Demades Mario Castro. Responsabilidade civil na atividade notarial e registral. 2014. 206 p. Grau: Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RESUMO

O sistema notarial e registral brasileiro, instituído no artigo 236 da Constituição Federal de 1988, apresenta uma dicotomia entre a atividade, invariavelmente pública, e o seu exercício, necessariamente privado. O presente trabalho tem por objetivo estudar a responsabilidade civil por danos decorrentes da atividade notarial e registral, tanto resultantes da atividade pública, quanto de seu exercício privado. Em consequência, encontra-se dividido em três capítulos: inicia-se com uma apresentação do panorama atual da atividade; prossegue com o estudo da responsabilidade extracontratual patrimonial do Estado, em decorrência de atos notariais e de registro; e finaliza com o estudo da responsabilidade civil própria do notário e do registrador. Neste estudo se busca delimitar, no âmbito da reparação de danos, quais são as responsabilidades do Estado e quais são as responsabilidades próprias do notário e do registrador, com seus respectivos fundamentos jurídicos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais.

PALAVRAS-CHAVE: responsabilidade civil; notário; registrador; responsabilidade do Estado; cartório.

Demades Mario Castro. Responsabilité civile en raison de l'activité notariale et de registre. 2014. 206 p. Degré: Master – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2014.

RÉSUMÉ

Le système notarial et de registre brésilien, institué par l'article 236 de la Constitution Federal de 1988, présente une dichotomie entre l'activité, toujours publique, et son exercice, nécessairement privé. Ce document vise à étudier la responsabilité civile par dommages en raison de l'activité notariale et de registre, tant résultant de l'activité publique, comme de son exercice privé. En conséquence, il est divisé en trois chapitres: commence par une présentation de la situation actuelle de l'activité; se poursuit avec l'étude de la responsabilité patrimonial extracontractuelle de l'État, en raison des actes notariés et d'enregistrement; et se termine par l'étude de la responsabilité civile propre du notaire et du enregistreur. Dans c'étude se vise à définir, dans la réparation des dommages, qui sont les responsabilités de l'État et quelles sont les responsabilités du notaire et du enregistreur, avec leur respectifs fondements juridiques constitutionnels, légaux, de la doctrine e jurisprudentiels.

MOTS-CLÉS: responsabilité civile; notaire; enregistreur; responsabilité de l'État; bureau du notaire et du enregistreur.

INTRODUÇÃO:

A responsabilidade do notário e do registrador, de uma maneira genérica, envolve cinco principais aspectos distintos, a saber: a responsabilidade penal, administrativa, tributária, civil e trabalhista; abarcando esses cinco respectivos ramos do Direito: o Direito Penal, o Direito Administrativo, o Direito Tributário, o Direito Civil e o Direito do Trabalho, os quais, apesar de se comunicarem e possuírem reflexos recíprocos importantes, possuem óticas e princípios distintos.

O presente trabalho busca concentrar seus esforços no estudo da Responsabilidade Civil, fazendo aqui seu corte metodológico; deixando, portanto, de fora do presente estudo, as responsabilidades nos âmbitos: penal, administrativo-disciplinar, tributário e trabalhista.

No entanto, mesmo possuindo o foco no Direito Civil, não se pode olvidar que a atividade notarial e registral, por sua essência, e nos termos do artigo 236, da Constituição Federal, é uma atividade *pública*, sendo outorgado ao notário e ao registrador somente o seu *exercício*, o qual se dá em *caráter privado*.

Por esse motivo, *impossível* concentrar o estudo somente na Responsabilidade Civil do Notário e do Registrador, propriamente dita; deixando de lado a Responsabilidade do Estado pelos Atos Notariais e de Registro.

Dessa forma, este trabalho busca estudar a *Responsabilidade Civil na Atividade Notarial e Registral*, a qual contempla, tanto a Responsabilidade Patrimonial Extracontratual do Estado pelos Atos Notariais e de Registro, quanto a Responsabilidade Civil do Notário e do Registrador, sob os princípios e sob a ótica, tanto do Direito Público, quanto do Direito Privado.

Esse mosaico multidisciplinar, envolvendo Direito Público (Constitucional e Administrativo) e Direito Privado (Civil, Notarial e Registral e do Consumidor) forma o objeto de estudo do presente trabalho, eis que inerente à correta compreensão do tema, para o qual também serão ser tratados, ainda que não na merecida profundidade, alguns aspectos da História do Direito.

A opção pelo desenvolvimento do presente tema no Departamento e Área de Concentração do Direito Civil se dá em virtude de ser a Responsabilidade Civil do Notário e do Registrador muito comumente tratada no Direito Administrativo, como um capítulo da Responsabilidade Civil do Estado, e não no âmbito do Direito Civil.

Todavia, a partir desse olhar próprio do administrativista, muitas vezes não se consegue vislumbrar alguns fatores importantes para a mais completa compreensão da matéria, o que se buscará revelar ao decorrer do presente estudo.

Neste particular, apesar de se tratar a atividade notarial e registral de *atividade pública*, e não se pode negar essa característica; por outro lado não se pode olvidar que, na Carta Magna de 1988, o Constituinte Originário determinou, em seu artigo 236, *caput*, que o exercício da atividade notarial e registral, delegada a notários e registradores, se dê em *caráter privado*.

E os aspectos relativos ao *caráter privado*, não da atividade em si – a qual, como afirmado, é *pública* -, mas de seu *exercício*, são comumente relevados ao segundo plano.

O que se procura, com esse trabalho é estudar, com a mesma relevância, tanto os aspectos inerentes ao Direito Público, quanto os pertinentes ao Direito Privado, em pé de igualdade de importância, apesar de terem aplicações distintas.

Não se nega que a atividade notarial e registral se trata de função pública, delegada pelo Estado, e nem se nega a condição de *agente público* do notário e do registrador, peculiar exemplo de *pessoa natural* que opera na condição de *particular em colaboração com o Poder Público*; mas não se pode esquecer que a responsabilidade do notário e do registrador, no âmbito do Direito Civil, se configura como Responsabilidade Civil Profissional, de uma espécie *sui generis* de Operadores do Direito, os quais, na letra do artigo 3º, da Lei 8.935/94 são: “profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.”

Para a elaboração deste trabalho, buscou-se pesquisar e estudar a legislação, a doutrina e a jurisprudência pátrias e parte da doutrina estrangeira, podendo-se extrair a existência de algumas linhas de pensamento diversas, as quais serão descritas ao longo desta dissertação, decorrentes de diversos trabalhos de estudiosos do assunto, tanto no âmbito do Direito Civil, como no do Direito Constitucional, do Direito Administrativo, do Direito do Consumidor e do Direito Notarial e Registral.

A presente obra está dividida em três capítulos: o primeiro deles busca traçar um Panorama da Atividade Notarial e Registral no Brasil; o segundo objetiva definir a Responsabilidade Patrimonial Extracontratual do Estado pelos Atos Notariais e de Registro; e o terceiro cuida da Responsabilidade Civil dos Notários e dos Registradores.

Na definição do Panorama da Atividade Notarial e Registral no Brasil, procura-se demonstrar, ainda que de maneira sucinta: os antecedentes históricos; os tipos de notariado presentes no mundo, com especial destaque para o notariado do tipo latino – forma de

notariado adotada na Constituição Federal de 1988 -; a *fé pública*, principal atributo que destaca notários e registradores no âmbito de seu exercício profissional jurídico; os registros públicos; o objetivo da atividade notarial e registral; a delegação do serviço público, com a análise da dicotomia entre *atividade pública* e *exercício privado*; e os princípios da administração pública aplicados à atividade notarial e registral, abrangendo os princípios da legalidade, continuidade, universalidade, uniformidade, modicidade, adequação e eficiência.

Visto este Panorama introdutório, passa-se ao estudo da Responsabilidade do Estado, por atos notariais e de registro.

Neste segundo capítulo, faz-se uma introdução ao conceito da Responsabilidade Patrimonial Extracontratual do Estado, das Pessoas Jurídicas de Direito Público e das de Direito Privado Prestadoras de Serviço Público, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal; seu fundamento na *Teoria do Risco Administrativo*; as hipóteses de aplicação da Responsabilidade do Estado com relação aos atos notariais e de registro, considerando: notários e registradores na condição de *agentes públicos*; as hipóteses de *responsabilidade direta* do Estado, relacionadas à atividade notarial e registral – sendo estudadas aí a questão da *edição de normas* regulamentadoras, a *fiscalização* pelo Poder Judiciário, a responsabilidade pelas *serventias oficializadas*, e a questão do responsável *interino* pelo expediente das serventias vagas -; as hipóteses de *responsabilidade indireta* do Estado – contemplando a definição da Pessoa Jurídica de Direito Público responsável, a delimitação do *dano indenizável*, a tese da natureza *subsidiária* da responsabilidade, bem como a tese da natureza *solidária*, e, finalmente, o reconhecimento da *repercussão geral* do tema, em Recurso Extraordinário em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal.

Estudadas as hipóteses em que cabe ao Estado a responsabilidade de reparar o dano, passa-se ao exame das situações em que a responsabilidade civil recai sobre a pessoa do notário e do registrador.

Neste terceiro capítulo, da Responsabilidade Civil do Notário e do Registrador, se desenvolvem primeiramente os temas pertinentes aos fundamentos constitucionais, sendo: a interpretação dos *dispositivos constitucionais* a respeito da responsabilidade do notário e do registrador; a responsabilidade de *concessionários* e *permissionários* do *serviço público* e sua distinção da situação do *notário e do registrador*; o não enquadramento das atividades notariais e de registro como *serviços públicos*, para os fins do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal; o estudo das *pessoas de direito privado* de que trata o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal; o estudo da expressão “*as de direito privado*”, constante do

mesmo artigo 37, § 6º; a restrição do comando do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, às *prestadoras de serviços públicos*; os critérios para interpretação e aplicação dos dispositivos constitucionais sobre a atividade notarial e registral – e, dentre estes: o postulado do *legislador racional* e os princípios da *unidade da constituição*, do *efeito integrador*, da *máxima efetividade*, da *justeza* ou da *conformidade funcional*, da *concordância prática* ou da *harmonização*, e da *força normativa da constituição* -; posteriormente passa-se à interpretação e aplicação harmônica do disposto no artigo 37, §6º, em conjunto com o disposto no artigo 236, §1º, ambos da Constituição Federal; à utilização do critério da *especialidade* do artigo 236, §1º, da Constituição Federal, face à situação de notários e registradores; e à eficácia das normas constitucionais – do artigo 37, § 6º, como norma constitucional de *eficácia plena e imediata* e do artigo 236, §1º, como norma constitucional de *eficácia contida ou contível e imediata*.

Estudados os aspectos de Direito Constitucional, como fundamentos para a Responsabilidade Civil de Notários e Registradores, procede-se ao exame da legislação infraconstitucional.

Neste estudo são abordados: a regulamentação infraconstitucional da responsabilidade civil de notários e registradores, instituída pelo artigo 236, §1º, da Constituição Federal; a legislação federal vigente em 05.10.1988 e recepcionada pela Constituição Federal – Código Civil de 1916 e Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73); a responsabilidade civil dos notários, de acordo com o Código Civil de 1916 - Lei nº 3.071/16; a responsabilidade civil dos registradores, de acordo com a Lei de Registros Públicos - Lei Federal nº 6.015/73; a edição do Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal nº 8.078/90; a edição da Lei dos Notários e Registradores (Lei dos Cartórios) – Lei Federal nº 8.935/94; as características da responsabilidade civil de notários e registradores baseada no artigo 22 da Lei Federal nº 8.935/94, com suas diversas correntes interpretativas - o fundamento dos que veem a responsabilidade do artigo 22 da Lei Federal nº 8.935/94 como *direta e objetiva*, fundada na aplicação direta do artigo 37, §6º, da Constituição Federal; o dos que veem a responsabilidade do artigo 22 da Lei Federal nº 8.935/94 como *direta e objetiva*, fundada no *risco*, e em *paralelismo* com o disposto no artigo 37, §6º, da Constituição Federal; o de quem entende a responsabilidade do artigo 22 da Lei Federal nº 8.935/94 como *direta e objetiva*, fundada na teoria da *culpa do serviço* (*faute du service*); o de quem vê a responsabilidade do artigo 22 da Lei Federal nº 8.935/94 como *direta e objetiva*, de forma autônoma, pela *simples literalidade* do dispositivo, em *contraposição* ao elemento subjetivo exigido para exercício do direito de regresso; e o dos

que veem a responsabilidade do artigo 22 da lei federal nº 8.935/94 como *direta e subjetiva*, fundada na *culpa*.

Ainda no estudo da legislação infraconstitucional é analisado o Código Civil de 2002, com a regra geral de indenização embasada na *culpa*, bem como se dá atenção, também, à cláusula genérica de responsabilidade civil pelo *risco* da atividade (art. 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002).

Em prosseguimento é estudada a Lei do Protesto de Letras e Títulos (Lei 9.492/97), notadamente a regra de responsabilidade *subjetiva* insculpida em seu artigo 38.

É dada também uma atenção especial ao estudo da responsabilidade civil de notários e registradores em face do Código de Defesa do Consumidor (CDC - Lei 8.078/90), nos seguintes aspectos: da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à atividade notarial e registral; da responsabilidade pelo *fato do serviço* – art. 14 do CDC; das *obrigações de meio* na atividade notarial e registral; das *obrigações de resultado* na atividade notarial e registral; e da responsabilidade pelo *vício do serviço* – arts. 20 e 22 do CDC.

Em seguida, passa-se à aplicação da doutrina do *diálogo das fontes*, para a aplicabilidade simultânea e coerente do Código Civil de 2002, das leis especiais sobre notários e registradores (Lei 8.935/94, Lei 6.015/73 e Lei 9492/97), e do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

E a análise da responsabilidade civil do notário e do registrador conclui-se no estudo da *inexistência de sucessão* de responsabilidade civil, na hipótese de assunção da serventia por novo titular, devido à *natureza originária da delegação* e à ausência de *personalidade jurídica* do *cartório*.

Com todo esse exame, pensa-se que terão sido estudados, senão todos, pelo menos os principais aspectos que envolvem a intrincada temática da responsabilidade civil na atividade notarial e registral.

CONCLUSÃO:

A Constituição de 1988, ao tratar da atividade notarial e registral, estabelece um sistema jurídico em que *público* e *privado* devem conviver de forma harmônica.

Diz o texto do *caput* do artigo 236 que os serviços notariais e de registro são *exercidos em caráter privado, por delegação* do Poder Público.

Assim sendo, forma-se um binômio no qual: a *atividade* tem sua natureza pública preservada, estando sujeita, portanto, aos princípios do Direito Público; todavia, seu *exercício* se dá de forma profissional, *em caráter privado*, pela pessoa física do notário e do registrador, no regime de Direito Privado.

Ao analisar o tema da responsabilidade civil decorrente das atividades notariais e registrais dois sujeitos se destacam: primeiramente, o *ente público*, delegante da função para o seu exercício pelo particular; e, em segundo lugar, o *notário ou registrador*, particular em colaboração com o Poder Público, aprovado em concurso público de provas e títulos, que é investido na delegação, para exercer a atividade em caráter privado.

As duas responsabilidades coexistem.

O Estado membro, na qualidade de Pessoa Jurídica de Direito Público, delegante da atividade notarial e registral, responderá, *diretamente* – em casos excepcionais – ou, *indiretamente*, pelo ato de seu *agente*, nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal.

E o notário ou registrador responderá *diretamente*, por ato próprio ou por ato de seus prepostos, por força do artigo 236, §1º, da Constituição Federal, *nos termos da lei*.

Com relação à responsabilidade do Estado, conforme estudado no Capítulo 2 deste trabalho, esta encontra fundamento na *Teoria do Risco Administrativo*, a qual deriva do princípio da igualdade e possui um condão de socialização, de repartição entre toda a sociedade, do prejuízo sofrido injustamente por um indivíduo.

Dentre as hipóteses de aplicação da Responsabilidade do Estado com relação aos atos notariais e de registro, veem-se, primeiramente, os casos em que o Estado *responde diretamente*, sendo: (i) por danos causados pela *edição de normas* regulamentadoras, em que somente o Estado responde, visto que o nexó não se forma com o exercício da atividade - cabente ao notário ou registrador -, mas se forma diretamente com o comando normativo; (ii) pelos danos causados no âmbito das *serventias oficializadas*; e (iii) pelos danos causados no âmbito das *serventias vagas*, neste caso somente se o Supremo Tribunal

Federal vier a decidir que o *responsável interino* exerce a delegação, não em nome próprio, mas em nome do Estado.

Com relação à responsabilidade pela *fiscalização* das atividades notariais e registrais delegadas, por parte do Poder Judiciário, entende-se que aí, mesmo se houver falha na fiscalização, a conduta - cujo nexó de causalidade irá se estabelecer com o prejuízo - será de responsabilidade do notário ou do registrador, não havendo responsabilidade *direta* do Estado, somente a *indireta*, conforme será examinado.

No entanto, a hipótese mais comumente verificada de responsabilidade do Estado, por atos notariais e de registro, dá-se na forma *indireta*. O Estado membro, na condição de Poder Público delegante, responde, por força do disposto no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, pelo ato de seus *agentes*. E não se nega que os notários e registradores possuam esse caráter de *agentes públicos*.

Há relevante divergência, na doutrina e na jurisprudência, se o Estado responderá *indiretamente*, por atos praticados em serventia ocupada por titular delegado, de forma *solidária* ou *subsidiária*.

Para os que defendem a *responsabilidade indireta solidária* do Estado, a parte que se considerar prejudicada por qualquer ato notarial ou de registro, poderá intentar a ação somente contra o notário ou registrador, somente contra o Estado, ou em face de ambos. Este é o entendimento do Professor José Luiz Gavião de Almeida, acompanhado pelos Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Por outro lado, para os que defendem a *responsabilidade indireta subsidiária* do Estado, o notário ou registrador deve ser obrigatoriamente demandado na ação, em virtude de ser este o responsável direto pelo pagamento da indenização, podendo a ação ser proposta também em face do Estado, principalmente em virtude da possibilidade de insolvência do notário ou do registrador. Esta é a posição do Ministro Herman Benjamin, acompanhado pela Segunda Turma, do Superior Tribunal de Justiça.

Cabe ressaltar que é exatamente essa dúvida acerca da natureza da *responsabilidade indireta do Estado* por atos notariais e de registro, se *solidária* ou *subsidiária* à responsabilidade direta do notário ou do registrador, que o Supremo Tribunal Federal decidirá em Recurso Extraordinário reconhecido como de *repercussão geral*, atualmente aguardando julgamento.

Com relação à *responsabilidade direta* de notários e registradores, conforme foi estudado, vê-se que esta emana, para as pessoas físicas de notários e registradores,

exclusivamente do artigo 236, §1º da Constituição Federal, e não do artigo 37, §6º, da Carta Magna.

O artigo 236, §1º, ao conter uma *norma constitucional de eficácia contida ou contível*, tem o efeito de *delegar ao legislador ordinário* sua regulamentação, afastando, assim a aplicação direta de outro dispositivo constitucional de eficácia plena, como é o artigo 37, §6º, da Constituição Federal.

Há que se considerar que, tanto pela aplicação do *princípio da especialidade* – na medida em que o artigo 236 trata especialmente de notários e registradores –, quanto pela aplicação do *princípio da unidade da Constituição* – o texto constitucional deve ser interpretado como um todo unitário – não faria sentido o artigo 236, §1º, dizer que a responsabilidade civil de notários e registradores seria objeto de disciplina em lei, sendo que a própria Constituição já teria uma disposição genérica supostamente aplicável ao caso (art. 37, §6º).

Dessarte, ao partir da premissa de que a Constituição não contém palavras inúteis, se o Constituinte Originário entendesse por aplicável o artigo 37, §6º – que é uma norma constitucional de eficácia plena –, não precisaria determinar ao legislador ordinário que disciplinasse a responsabilidade civil de notários e registradores, bastaria fazer a correspondente remissão.

Assim sendo, para se obter a real situação da responsabilidade civil de notários e registradores, deve-se analisar todo o conjunto da legislação infraconstitucional aplicável à matéria.

E, ao analisar a atual legislação infraconstitucional, verifica-se que são aplicáveis, atualmente, à disciplina da responsabilidade civil profissional de notários e registradores:

1. As normas gerais do Direito Privado, contidas no Código Civil de 2002, notadamente a responsabilidade civil por ato ilícito, com base na *culpa*, conforme previsto nos artigos 186 e 927, *caput*;

- 1.1 Afasta-se a cláusula genérica de responsabilidade por risco da atividade, prevista no artigo 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002, tendo em vista que a atividade notarial e registral, conforme visto, não contém o *risco inerente qualificado*, exigido para sua configuração;

2. Aplica-se a responsabilidade *direta*, ao notário ou registrador, por ato próprio e por ato de terceiro, preposto, pelos atos notariais e registrares, de acordo com o disposto no artigo 22, da Lei 8.935/94, assegurado o direito de regresso em face do causador do dano.

3. Aplica-se a responsabilidade *subjetiva*, a registradores e tabeliães de protesto, consoante disposições expressas: do artigo 28, da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) e do artigo 38, da Lei de Protesto de Títulos (Lei 9.492/97).

4. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) a notários e registradores.

4.1 Notários e registradores devem ser considerados *profissionais liberais*, para os fins de aplicação do Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista sua atividade *profissional jurídica e prudencial*.

4.2 Por *atos do serviço*, notários e registradores responderão nos termos do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor, conforme segue:

4.2.1 nas *obrigações de meio*: de forma *subjetiva*, por força do §4º, do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor; e

4.2.2 nas *obrigações de resultado*: de forma *objetiva*;

4.3 Por *vícios do serviço*, notários e registradores responderão nos termos dos artigos 20 e 22, do Código de Defesa do Consumidor, de forma *objetiva*.

4.3.1 O “abatimento proporcional do preço”, de que trata o inciso III, do artigo 20, não se aplica a notários e registradores, em virtude da natureza jurídica tributária que detém os emolumentos, não podendo o notário ou registrador cobrar valor diferente do previsto nas respectivas tabelas fixadas em lei estadual.

Esse raciocínio se deriva da aplicação da doutrina do *diálogo das fontes*, para a aplicabilidade simultânea e coerente do Código Civil de 2002, das leis especiais sobre notários e registradores (Lei 8.935/94, Lei 6.015/73 e Lei 9.492/97), e do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), à responsabilidade civil dos notários e dos registradores.

Finalmente, afirma-se que não há *sucessão* de responsabilidade civil entre titulares que venham a ocupar sucessivamente a mesma serventia, notarial ou registral, dada a *natureza originária da delegação* e à ausência de *personalidade jurídica* do *cartório*.

Com a fixação dessas questões controvertidas, almeja-se que tenha este trabalho contribuído, de alguma forma, para o estudo das notas e dos registros, e da responsabilidade civil de modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Roger Silva. *Responsabilidade civil objetiva: do risco à solidariedade*. São Paulo: Atlas, 2007.

AHUALLI, Tânia Mara. *Ensaio sobre o nexo de causalidade na responsabilidade civil do Estado*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 342-358.

ALEXANDER, Ross R. *Globalization and the Civil Law Notarial Profession: the effects of the European Notarial Model on the U.S. and what the southeast states can learn*. Barcelona: Bosch, 2013.

ALMEIDA, José Luiz Gavião de. *Novos rumos da responsabilidade civil por ato ilícito*. In: ALMEIDA, José Luiz Gavião de (coord.). *Temas atuais de responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 57-74.

ALMEIDA JR., João Mendes de. *Organs da fé pública*. Revista de Direito Imobiliário n. 40/17. São Paulo: RT, Jan/Abr. 1997. Reimpressão da Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, vol. V, p. 7 a 114 (1.^a parte) e vol. VI, p. 7-113. São Paulo: Espindola, Siqueira & Campos, 1897.

ALVES, José Carlos Moreira. *Os requisitos da escritura pública no Direito Brasileiro*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_48/pantea.htm>. Acesso em 26/09/2013, 11:08.

ALVES, Sonia Marilda Péres. *Responsabilidade civil de notários e registradores: a aplicação do Código de Defesa do Consumidor em suas atividades e a sucessão trabalhista na delegação*. Revista de Direito Imobiliário n. 53/93. São Paulo: RT. Jul, 2002.

AMADEI, Vicente de Abreu. *A fé pública nas notas e nos registros*. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; FIGUEIREDO, Marcelo; AMADEI, Vicente de Abreu (coord.). *Direito Notarial e Registral Avançado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 35 - 53.

_____. *Princípios de protesto de títulos*. In: DIP, Ricardo (coord.). *Introdução do Direito Notarial e Registral*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004. P. 69-113.

ARAÚJO, Fernando. *Análise económica do direito: programa e guia de estudo*. Coimbra: Almedina, 2008.

ARMELLA, Cristina Noemí. *El notariado argentino a principios del siglo XXI*. Revista de Direito Notarial n. 1/157. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Civil. Teoria Geral. Vol. 3: relações e situações jurídicas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ASSUMPÇÃO, Letícia Franco Maculan. *Função notarial e de registro. Concurso público, regime jurídico e responsabilidade civil*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2011.

AUBERT, Jean-Luc. *La responsabilité civile des notaires*. 5. ed. por Richard Crône. Paris: Defrénois, Lextenso éditions, 2008.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 7. ed. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2007.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil. Curso de Direito Civil*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Hermenêutica e interpretação constitucional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

BENACCHIO, Marcelo. *Pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado contidos no art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 93-115.

BENÍCIO, Hércules Alexandre da Costa. *Responsabilidade civil do Estado decorrente de atos notariais e de registro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcelos; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BENUCCI, Renato Luís. *A responsabilidade civil pelos atos notariais e de registro*. Revista de Direito Imobiliário n. 74/239. São Paulo: RT. Jan, 2013.

BERTOCHI, Mauro Barrionuevo. *A responsabilidade civil do notário no direito brasileiro em comparação ao direito espanhol*. Revista de Direito Notarial n. 4/129. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

BEZNOS, Clovis. *Responsabilidade extracontratual das pessoas privadas prestadoras de serviços públicos*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 607-624.

BOLZAN, Fabrício. *Aproximações e distinções entre as noções de consumidor e usuário na responsabilidade civil do Estado na prestação de serviços*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 665-690.

BOLZANI, Henrique. *A responsabilidade civil dos notários e dos registradores*. São Paulo: LTr, 2007.

BOMFIM, Silvano Andrade do. *Responsabilidade civil dos prestadores de serviços no código civil e no código de defesa do consumidor*. São Paulo: Método, 2013.

BRANDELLI, Leonardo. *Teoria Geral do Direito Notarial*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BUNAZAR, Maurício. *Taxonomia da sanção civil: para caracterização do objeto da responsabilidade civil*. Revista do Instituto de Direito Brasileiro 2/639. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em: < http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012_02_0639_0649.pdf>. Acesso em 22/09/2013, 00:23.

CAETANO, Marcello. *Estudos de história da administração pública portuguesa*. AMARAL, Diogo Freitas do (Org.). Coimbra: Coimbra Editora, 1994.
_____. *Manual de Direito Administrativo*. 10. ed. rev. e atual. por AMARAL, Diogo Freitas do. 10. reimpr. Coimbra: Almedina, 2010.

CAHALI, Yussef Said. *Responsabilidade civil do Estado*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

CALIXTO, Marcelo Junqueira. *A culpa na responsabilidade civil: estrutura e função*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CÂMARA, Jacintho de Arruda. *A relevância da culpa na responsabilidade extracontratual do Estado*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 79-92.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Função social do notariado: Eficiência, confiança e imparcialidade*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. 13. reimpr. Coimbra: Almedina, 2003.

CARMO, Jairo Vasconcelos Rodrigues. *Responsabilidade civil do delegatário notarial e de registros públicos*. Revista da EMERJ v. 9, n. 36/169. Rio de Janeiro: EMERJ, 2006.

CARVALHO, Afrânio de. *Registro de imóveis*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CAVALCANTI, Amaro. *Responsabilidade civil do Estado*. ed. atual. por DIAS, José de Aguiar. Rio de Janeiro: Borsoi, 1957. t. 1.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CENEVIVA, Walter. *A lei dos notários e registradores*. Revista dos Tribunais 712/94. São Paulo: RT, 1995.

_____. *Lei dos Notários e dos Registradores comentada: Lei 8.935/94*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Lei dos Registros Públicos comentada. Atualizada conforme as Leis n. 11.802, 11.952, 11.965, 11.971, 11.977, 12.010 e 12.100/2009*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CHICUTA, Kioitsi. *Os profissionais do direito e a extinção dos serviços notariais e de registro como serviços públicos delegados. O registro de títulos e documentos e o registro civil das pessoas jurídicas*. In: DIP, Ricardo (org.). *Registros públicos e segurança jurídica*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998. p. 57 - 78.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Responsabilidade civil do Estado e o Conselho Nacional de Justiça*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 1367-1381.

CINELLI, Luca Siliquini. *La responsabilità civile del notaio: criteri di configurabilità e casistica nel mercato delle regole*. Milanofiori Assago (MI): Wolters Kluwer Italia, 2011.

CINTRA, Antonio Carlos Fontes. *Direito do consumidor*. 2. ed. Niterói – RJ: Impetus, 2013.

COELHO, Inocêncio Mártires. *Hermenêutica constitucional*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do (coord.). *Tratado de direito constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1. p. 208-285.

COMASSETTO, Míriam Saccol. *A função notarial como forma de prevenção de litígios*. Porto Alegre: Norton, 2002.

CORADO DE PAZ, Manuel de Jesús. *La Responsabilidad Civil Del Notario: Una Perspectiva Local y de Derecho Comparado*. Tuxtla Gutiérrez, Chiapas, México.

Disponível em:

<http://www.derechonotarial.info/Responsabilidad%20Civil%20Del%20Notario_01.pdf>

Acesso em 21/09/2013, 23:10.

CORDEIRO, António Menezes. *Tratado de direito civil português*. Coimbra: Almedina, 2010. v. 2. t. 3.

CORTEZ, Luís Francisco Aguilar. *Responsabilidade civil extracontratual no Direito Privado e no Direito Público: persistem as diferenças?* In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 195-210.

COSTA, Carlos A. Calvo. *La responsabilidad civil notarial. Breves reflexiones*. Buenos Aires, Argentina. Disponível em:

<<http://www.ccalvocosta.com.ar/articulos/La%20responsabilidad%20civil%20notarial%20%28DJ%29.pdf>>. Acesso em 21/09/2013, 23:19.

COUTURE, Eduardo J. *El concepto de fe pública: introducción al estudio del Derecho Notarial*. 2. ed. Montevideo: Universidad de Montevideo, 1954.

DECKERS, Eric. *Função notarial e deontologia*. Tradução de Albino Matos. Coimbra: Almedina, 2005.

DELLA GIUSTINA, Bianca Sant'anna. *Responsabilidade do estado por atos de serventuários extrajudiciais*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. 12. ed. rev., atual. de acordo com o Código Civil de 2002 e aumentada por Rui Berford Dias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

DINIZ, Maria Helena. *Conflito de normas*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 7.

_____. *Sistemas de registros de imóveis*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIP, Ricardo Henry Marques. *A natureza e os limites das normas judiciárias do serviço extrajudicial*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

_____. *Da responsabilidade civil e penal dos oficiais registradores*. In: DIP, Ricardo Henry Marques. *Registros públicos (Trilogia do Camponês de Andorra)*. Campinas: Millennium, 2003. p. 183- 203.

_____. *Da responsabilidade civil e penal dos oficiais registradores*. In: DIP, Ricardo Henry Marques. *Registro de imóveis: vários estudos*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2005. p. 351 - 368.

_____. *Direito Administrativo Registral*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *O estatuto profissional do notário e do registrador*. Revista de Direito Imobiliário n. 56/127. São Paulo: RT, 2004.

_____. *O paradigma da independência jurídica dos registradores e dos notários*. Revista de Direito Imobiliário n. 42/5. São Paulo: RT, 1997.

_____. *Prudência notarial*. São Paulo: Quinta Editorial, 2012.

_____. *Querem matar as notas?* In: DIP, Ricardo Henry Marques. *Registros públicos e segurança jurídica*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998. p. 91 - 101.

_____. *Sobre a qualificação no registro de imóveis*. In: DIP, Ricardo Henry Marques. *Registro de imóveis: vários estudos*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2005. p. 153 - 222.

DOUVERNY, Felipe Epprecht. *Agere, cavere, respondere: a atividade consultiva dos juristas romanos como fonte do direito*. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2013.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. *Fundamentos da responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço: um debate jurídico-filosófico entre o formalismo e o funcionalismo no Direito Privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

DUARTE, Nestor. In: PELUSO, Cezar (Org.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência: Lei n. 10.406, de 10.01.2002 contém o Código Civil de 1916*. 5. ed. rev. e atual. Barueri – SP: Manole, 2011.

DUBAS, F. *La responsabilité notariale: principes, moyens de prévention et de garantie*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1937.

DUQUE, Marcelo Schenk. *O transporte da teoria do diálogo das fontes para a teoria da Constituição*. In: MARQUES, Claudia Lima (coord.). *Diálogo das fontes: do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. p. 125- 157.

ERPEN, Décio Antônio. *Da responsabilidade civil e do limite de idade para aposentadoria compulsória dos notários e registradores*. Revista de Direito Imobiliário n. 47/103. São Paulo: RT. Jul, 1999.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, Elaine Garcia. *A responsabilidade civil dos notários e registradores*. Revista Fé Pública n. 16/44. Rio de Janeiro: Anoreg/RJ, set, 2012.

FIGUEIREDO, Marcelo. *Análise da importância da atividade notarial na prevenção dos litígios e dos conflitos sociais*. Revista de Direito Notarial n. 2/11. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direitos do consumidor*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FLACH, Marcelo Guimarães. *Responsabilidade civil do notário e do registrador: de acordo com o novo Código Civil*. Porto Alegre: AGE, 2004.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Direito intertemporal brasileiro*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1968.

_____. *Instituições de Direito Civil*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. *Princípios gerais de direito*. 3. ed. atual. por Antonio de S. Limongi França e Flávio Tartuce. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 3.

GARCIA, Emerson. *Conflito entre normas constitucionais: esboço de uma Teoria Geral*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2008.

GARCIA, Priscila Prado. *Da natureza jurídica dos serviços notariais e registrais e da responsabilidade civil a qual estão submetidos*. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8234 Acesso em 15/11/2014.

GATTARI, Carlos Nicolás. *El objeto de la ciencia del derecho notarial*. Buenos Aires: De Palma, 1969.

_____. *Manual de derecho notarial*. Buenos Aires: De Palma, 1988.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. In: PELUSO, Cezar (Org.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência: Lei n. 10.406, de 10.01.2002 contém o Código Civil de 1916*. 5. ed. rev. e atual. Barueri – SP: Manole, 2011.

_____. *Responsabilidade civil pelo risco da atividade: uma cláusula geral no Código Civil de 2002*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOMES, Orlando. *Responsabilidade civil*. Rev., atual. e ampl. por BRITO, Edvaldo. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOYTISOLO, Juan B. Vallet de. *Determinación notarial del Derecho*. In: GALLARDO, Leonardo B. Pérez; RODRÍGUEZ, Izidoro Lora-Tamayo (coords.). *Derecho Notarial*. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006. t. 1. p. 95-204.

_____. *Función autenticadora de las relaciones jurídicas, estudiada por el derecho notarial formal o técnico*. In: GALLARDO, Leonardo B. Pérez; RODRÍGUEZ, Izidoro Lora-Tamayo (coords.). *Derecho Notarial*. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006. t. 1. p. 35-68.

_____. *La función notarial observada por su ciencia práctica*. In: GALLARDO, Leonardo B. Pérez; RODRÍGUEZ, Izidoro Lora-Tamayo (coords.). *Derecho Notarial*. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006. t. 1. p. 69-94.

_____. *Orígenes del Notariado latino en Italia e España*. In: GALLARDO, Leonardo B. Pérez; RODRÍGUEZ, Izidoro Lora-Tamayo (coords.). *Derecho Notarial*. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006. t. 1. p. 205-210.

GRASSI NETO, Roberto. *Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva nas relações de consumo*. In: ALMEIDA, José Luiz Gavião de (coord.). *Temas atuais de responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 136-150.

GRINOVER, Ada Pellegrini *et. al.* *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 10. ed. rev. atual. e reformul. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 1.

GUIMARÃES, Carlos Roberto Teixeira. *A responsabilidade civil cartorária extrajudicial*. Rio de Janeiro: o autor, 2005.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Responsabilidade pressuposta*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

JARDIM, Mónica. *A ‘privatização’ do notariado em Portugal*. Revista de Direito Imobiliário n. 58/278. São Paulo: RT, 2005.

KIM, Richard P. Pae. *Responsabilidade civil das concessionárias de serviço público*. In: ALMEIDA, José Luiz Gavião de (coord.). *Temas atuais de responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 121-135.

KINDEL, Augusto Lermen. *Responsabilidade civil dos notários e registradores*. Porto Alegre: Norton Editor, 2007.

LARRAUD, Rufino. *A evolução do direito notarial*. Trad. Antônio Augusto Firmino da Silva. In: *Doutrinas Essenciais de Direito Registral*. São Paulo: RT, 2011. Vol. 2 p. 525. Reimpressão da RT n. 268/26, 1958.

_____. *Curso de Derecho Notarial*. Buenos Aires: Depalma, 1966.

LEBLOND, Jean-Victor. *Le notaire mandataire et sa responsabilité*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1935.

LEVADA, Cláudio Antônio Soares. *Responsabilidade civil do notário público*. Revista de Direito Privado n. 8/40. São Paulo: RT, 2001.

LICINI, Cesare. *Notai. Anche nel Terzo Millennio? Ovvero, quale notaio nello scenario economico globale*. Milanofiori Assago (MI): Wolters Kluwer Italia, 2010.

LIMA, Alvino. *Culpa e risco*. 2. ed. rev. e atual. por Ovídio Rocha Barros Sandoval, 2.tir. São Paulo: RT, 1999.

LIMONTE, Jorge Luis Quintana. *Algunas consideraciones acerca de la responsabilidad civil del notario em Cuba*. Disponível em:

<<http://www.monografias.com/trabajos94/algunas-concideraciones-acerca-responsabilidad-civil-del-notario-cuba/algunas-concideraciones-acerca-responsabilidad-civil-del-notario-cuba.shtml>>. Acesso em 17/09/2013, 21:11.

LISBOA, Juliana Follmer Bortolin. *A força normativa da Constituição como paradigma do atual Direito Notarial e Registral Brasileiro na busca da segurança jurídica*. Revista de Direito Notarial n. 3/85. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual de Direito Civil*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 2
_____. *Responsabilidade civil nas relações de consumo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES, J. de Seabra. *Direito dos registos e do notariado*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Tratado dos registros públicos*. 6. ed. rev. e atual. por MARIA, José Serpa de Santa. Brasília: Brasília Jurídica, 1997.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. *Registros públicos: teoria e prática*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2014.

MARANHÃO, Ney Stany Moraes. *Responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade: uma perspectiva civil-constitucional*. São Paulo: Método, 2010.

MARCHI, Eduardo C. Silveira. *Guia de metodologia jurídica*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARINANGELO, Rafael. *Responsabilidade civil do Estado na execução de obras públicas*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 691-713.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcelos; MIRAGEM, Bruno. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. *O “diálogo das fontes” como método da nova teoria geral do direito: um tributo a Erik Jayme*. In: MARQUES, Claudia Lima (coord.). *Diálogo das fontes: do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. p. 17-66.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do Direito*. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 39. ed. atual. por Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 30. ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional 71, de 29.11.2012. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELO, Nehemias Domingos de. *Da culpa e do risco: como fundamentos da responsabilidade civil*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2005.

MELO JUNIOR, Regnoberto Marques de. *A instituição notarial no Direito Comparado e no Direito Brasileiro*. Fortaleza: UFC Casa de José de Alencar, 1998.

MIRAGEM, Bruno. *Eppur si muove: diálogo das fontes como método de interpretação sistemática no direito brasileiro*. In: MARQUES, Claudia Lima (coord.). *Diálogo das fontes: do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. p. 67 – 109.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado*. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1984. t. 53.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil: Parte geral*. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1986. v. 1.

_____; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Curso de Direito Civil: Direito das obrigações*, 2ª parte. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 5.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

MORAES, Paulo Valério Dal Pai. *Os tabeliães, os oficiais registradores e o Código de Defesa do Consumidor*. Revista de Direito do Consumidor n. 61/142. São Paulo: RT, 2007.

NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 7.

NALINI, José Renato. *A responsabilidade civil do notário*. RJTJESP n. 130/19. São Paulo: Lex, 1991.

_____. *Ética geral e profissional*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Notários e registradores para o século XXI*. Revista Crítica de Direito Notarial e Registral n. 1/50. Porto Alegre: Norton Editor, 2008.

NOHARA, Irene Patrícia. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2011.

NUNES, Luis Antonio Rizzatto. *Curso de direito do consumidor*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

NUÑES-LAGOS, Rafael. *Contenido sustantivo de la escritura publica*. In: Junta de Decanos de los Colegios Notariales de España. *Centenario de la ley del notariado. Seccion Segunda. Estudios de Derecho Notarial*. Madrid: Instituto Editorial Reus, 1962. v. 1. p. 1-131.

ORLANDI NETO, Narciso. *Atividade notarial - noções*. In: DIP, Ricardo (coord.). *Introdução do Direito Notarial e Registral*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 21. ed. rev. e atual. por Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006. v. 1.

_____. *Instituições de direito civil*. 15. ed. rev. e atual. por Regis Fichtner. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011. v. 3.

PIERRI, Deborah. *As omissões dos agentes públicos. Faute du service e outros esclarecimentos sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 169-194.

PIRES, Luis Manuel Fonseca. *Responsabilidades civil e funcional dos notários e registradores*. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; FIGUEIREDO, Marcelo; AMADEI, Vicente de Abreu (coord.). *Direito Notarial e Registral Avançado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 63- 75.

PONDÉ, Eduardo Bautista. *Origen e historia del notariado*. Buenos Aires: Depalma, 1967.

POULPIQUET, Jeanne de. *Responsabilité des notaires: civile, disciplinaire, penale*. 2. ed. Paris: Dalloz, 2009.

PUGLIESE, Roberto J. *Direito notarial brasileiro*. São Paulo: Leud, 1989.

RÁO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. 7. ed. anot. e atual. por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. 8. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1981.

REIS, Clayton. *A responsabilidade civil do notário e do registrador*. RT 703/15. São Paulo: RT, 1994.

REZENDE, Afonso Celso F. CHAVES, Carlos Fernando Brasil. Luís *Tabelionato de notas e o notário perfeito*. 5. ed. Campinas: Millennium, 2010.

RIBEIRO, Luís Paulo Aliende. *CNB-SP e a autorregulação da atividade*. Revista de Direito Notarial n. 3/55. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. *Regulação da função pública notarial e de registro*. São Paulo: Saraiva, 2009.

RICHTER, Luiz Egon. *Qualificação notarial e registral e seus dilemas*. In: DIP, Ricardo (coord.). *Introdução do Direito Notarial e Registral*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004. p. 185-223.

RIZZARDO, Arnaldo. *Responsabilidade civil*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RODRIGUES, Felipe Leonardo. *Regimento dos Tabelliães das Notas (Ordenações Filipinas – Edição 1833) versus Regulamento da Atividade dos Tabeliães de Notas (Lei 8.935/1994). Algumas similaridades entre as legislações. O que de fato mudou? Lex est quodcumque notamus*. Revista de Direito Notarial n. 3/235. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

RODRIGUES, João Maia. *Responsabilidade civil dos notários*. Boletim dos Registos e do Notariado n. 2-2003/16. Lisboa: Instituto dos Registos e Notariado, 2003. Disponível em: <http://www.irn.mj.pt/sections/irn/legislacao/publicacao-de-brn/docs-brn/2003/brn-2-de-2003/downloadFile/attachedFile_3_f0/opinioao_02-03.pdf?nocache=1207740450.24>. Acesso em 21/09/2013, 23:59.

RODRIGUES, Marcelo Guimarães. *Tratado de registros públicos e direito notarial*. São Paulo: Atlas, 2014.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito civil*. 20. ed. rev. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2003. 5. tir. 2008. v. 4.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. 1994. v. 2.

ROSA, Karin Regina Rick. *Reflexões acerca da responsabilidade civil dos notários*. Boletim Informativo Notarial e Registral n. 5241. São Paulo: INR, maio, 2012.

ROSENVALD, Nelson. *As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil*. São Paulo: Atlas, 2013.

SALCEDO, José Enrique Gomá. *Derecho Notarial*. 2. ed. ampl e atual. com a colab. de Fernando e Ignacio Gomá Lanzón. Barcelona: Bosch, 2011.

SALLES, Venicio Antonio de Paula. *Responsabilidade civil extracontratual dos notários e registradores*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 1099-1116.

SALVI, Cesare. *Trattato di Diritto Privato: La responsabilità civile*. 2. ed. Milano: Giuffrè, 2005.

SANT'ANNA, Gilson Carlos. *Os serviços notariais e registrares e a reforma do estado brasileiro*. Revista de Direito Imobiliário n. 58/43. São Paulo: RT, 2005.

SARTORI, Ivan Ricardo Garisio. *Responsabilidade civil e penal dos notários e registradores*. Revista de Direito Imobiliário n. 53/102. São Paulo: RT, 2002.

SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SERVER, Rafael Verdera. *La responsabilidad civil del notario*. Cizur Menor (Navarra): Editorial Aranzadi, Thomson Civitas, 2008.

SILVA, João Teodoro da. *Função notarial na atualidade: a importância da atuação do notário*. Belo Horizonte. 2003. Disponível em:
<http://www.6oficiobh.com.br/funcao_notarial_na_atualidade.pdf>.
Acesso em 26/09/2013, 10:24.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do (coord.). *Tratado de direito constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1. p. 158-207.

_____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 33. ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional n. 62, de 9.11.2009. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da (coord.). *Código Civil Comentado*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVEIRA, Mario Antonio. *Responsabilidade civil do Estado por ato praticado pelo registrador de imóveis*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 1083-1097.

SIMÃO, José Fernando. *A teoria do risco no novo Código Civil*. São Paulo: Folha do Acadêmico, 2002. Disponível em:
<http://www.professorsimao.com.br/artigos_simao_a_teorias_do_risco.htm>. Acesso em 24/09/2013, 20:20.

SOLIS, Adalberto Ortega. *La responsabilidad notarial*. Podium Notarial. Revista del Colegio de Notarios del Estado de Jalisco 4/53. Guadalajara - México, 1991. Disponível em:
<<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/podium/cont/4/cnt/cnt7.pdf>>. Acesso em 21/09/2013, 23:40.

SOTO, Hernando de. *O mistério do capital*. Trad. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Eduardo Pacheco Ribeiro de. *Noções fundamentais de Direito Registral e Notarial*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUZA, Wendell Lopes Barbosa de. *A responsabilidade civil objetiva fundada na atividade de risco*. São Paulo: Atlas, 2010.

STOCO, Rui. *Responsabilidade civil dos notários e registradores (comentários à Lei 8.935, de 18.11.94)*. Revista dos Tribunais n. 714/44. São Paulo: RT, 1995.

_____. *Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2011.

STRECK, Lenio Luiz. *Jurisdição constitucional e decisão jurídica*. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

TARTUCE, Flávio. *A responsabilidade civil subjetiva como regra geral do novo Código Civil brasileiro*. São Paulo. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/Tartuce_respcivil.doc>. Acesso em 25/09/2013, 10:24.

_____. *Direito Civil e Constituição*. In: TAVARES, André Ramos; FERREIRA, Olavo A. V. Alves; LENZA, Pedro (Coord.). *Constituição Federal – 15 anos*. São Paulo: Método, 2003. Disponível em: <<http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/artigolenza.doc>>. Acesso em 25/09/2013, 10:28.

_____. *Manual de Direito Civil: volume único*. São Paulo: Método, 2011.

_____. *Responsabilidade civil objetiva e risco: a teoria do risco concorrente*. São Paulo: Método, 2011.

TEMER, Michel. *Elementos de direito constitucional*. 24. ed. 2ª tir. São Paulo: Malheiros, 2014.

TEPEDINO, Gustavo. *Opinião doutrinária: I. O papel do tabelião no sistema jurídico brasileiro. Garantia da ordem pública, mediante a tutela dos valores constitucionais: princípios da isonomia e da segurança jurídica. O tabelião como tradutor, decodificador, intérprete, intermediário e conselheiro dos declarantes*. Revista de Direito Notarial n. 4/14. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 4.

VIVA, Rafael Quaresma. *Responsabilidade civil objetiva: Código Civil versus Código de Defesa do Consumidor*. 2. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

WALD, Arnoldo; GIANCOLI, Brunno Pandori. *Direito Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 7.

WILSON, Carlos Pizarro. *La responsabilidad civil de los notarios en Chile*. Revista de Derecho Universidad Católica del Norte n. 2/137. Coquimbo, Chile, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-97532011000200006>. Acesso em 17/09/2013, 22:02.

ZEFIRO, Gabriel. *Responsabilidade Civil de Notários e Registradores*. Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro n. 92/13. Rio de Janeiro: Ed. Espaço Jurídico, 2012.

ZOCKUN, Maurício. *Carreira notarial e registral: possibilidade, conveniência ou necessidade?* Revista de Direito Notarial n. 4/69. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

ZULIANI, Ênio Santarelli. *Particularidades do arbitramento do dano moral na responsabilidade civil do Estado*. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo (coord.). *Responsabilidade Civil do Estado. Desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 411-438.